

# Apresentação

A atenção primária à saúde no Brasil possui uma abordagem bem-organizada, que é o resultado do compromisso sustentado com o oferecimento de atenção primária à saúde de alta qualidade para toda a população. A Estratégia Saúde da Família, lançada em 1994, tem sido um pilar fundamental dos esforços para reorganizar e fortalecer a atenção primária à saúde no país. Desde sua implementação, parcela crescente da população brasileira pôde se beneficiar do acesso gratuito aos serviços de saúde preventiva e de atenção primária baseados em uma abordagem centrada na comunidade. Extensa literatura de pesquisas acadêmicas forneceu evidências das principais contribuições da Estratégia Saúde da Família para a redução em quase 18 mortes por 1.000 nascimentos na taxa de mortalidade infantil observada entre 1990 e 2019 no Brasil. O programa também tem sido associado à redução da mortalidade e das hospitalizações por doenças crônicas. Estimativas recentes também mostram que a implementação da Estratégia Saúde da Família esteve associada à redução de 45% das taxas padronizadas de internação por 10.000 habitantes entre 2001 e 2016, principalmente por condições sensíveis à atenção primária, como asma, gastroenterite, doenças cardiovasculares e cerebrovasculares. No entanto, à medida que alguns desafios são superados, novos se aproximam. Com o envelhecimento da população brasileira, os fatores de risco populacional aumentam e as ameaças de novas pandemias exigem resiliência e adaptabilidade.

Muitas características do setor de atenção primária à saúde no Brasil merecem ser reconhecidas como exemplos para os países da OCDE, incluindo o uso de equipes multidisciplinares de atenção primária denominadas equipes de saúde da família e o uso extensivo de agentes comunitários de saúde, que são os profissionais da linha de frente da saúde pública. O país também implementou conjunto de reformas importantes para melhorar o acesso à atenção primária à saúde de alta qualidade nas últimas décadas, incluindo o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ) e o Programa Mais Médicos (PMM).

No entanto, o Brasil ainda precisa enfrentar uma série de desafios. De modo mais crítico, apenas 65% da população brasileira é atendida por equipes de saúde da família e muitos pacientes ignoram os cuidados primários de saúde e procuram atendimento direto em especialidades ambulatoriais e hospitais, principalmente para condições que poderiam ser tratadas de modo mais eficiente no nível comunitário. A expansão da atenção primária à saúde também foi marcada por grandes disparidades entre estados e municípios, relacionadas principalmente à escassez de mão de obra e aos desequilíbrios na distribuição de médicos. Também houve aumento no número de pacientes idosos e prevalência crescente de doenças crônicas não transmissíveis – incluindo câncer, diabetes e hipertensão, que exigem prevenção eficaz, detecção precoce e tratamento. Por fim, embora o Brasil tenha longa história de desenvolvimento e investimento em redes, dados, interoperabilidade e habilidades, o avanço em direção ao uso eficaz de tecnologias digitais na atenção primária à saúde tem sido lento e fundamentalmente desigual.

A recente agenda de reforma do setor de atenção primária à saúde no Brasil – o programa Previne Brasil – tem metas ambiciosas para melhorar o acesso, promovendo atenção longitudinal e coordenada. Embora a atenção primária à saúde seja principalmente de responsabilidade dos municípios em um sistema de saúde descentralizado, serão necessárias supervisão e gestão mais fortes do governo federal,

coordenação regional e apoio dos governos estaduais para aprimorar o acesso e a qualidade, reduzindo, assim, as desigualdades. Além disso, como em poucos anos o programa irá celebrar seus 30 anos, o mesmo requer inovações para poder enfrentar os desafios dos próximos 30, com melhor uso da tecnologia digital e das competências, modelos modernos de cuidados integrados, além de medidas de desempenho e incentivos financeiros.

Esta avaliação foi elaborada pelo Secretariado da OCDE para se basear em provas e práticas recomendadas de todos os sistemas de saúde da OCDE para apoiar o Brasil no fortalecimento de seu setor de atenção primária à saúde e garantir que ele seja responsivo às mudanças nas necessidades das pessoas, podendo oferecer ações preventivas, contínuas e atendimento coordenado de modo uniforme em todo o país.



**From:**  
**Primary Health Care in Brazil**

**Access the complete publication at:**  
<https://doi.org/10.1787/120e170e-en>

**Please cite this chapter as:**

OECD (2022), "Apresentação", in *Primary Health Care in Brazil*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/dccee120-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document, as well as any data and map included herein, are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area. Extracts from publications may be subject to additional disclaimers, which are set out in the complete version of the publication, available at the link provided.

The use of this work, whether digital or print, is governed by the Terms and Conditions to be found at <http://www.oecd.org/termsandconditions>.